

FACULDADE DE LETRAS
INSTITUTO DE ARQUEOLOGIA

CONIMBRIGA

VOLUME XXIII



UNIVERSIDADE DE COIMBRA

1984

apenas lhes restava escrever sobre os epitáfios a sua história individual ou familiar» (p. 124).

O Livro II versa os aspectos jurídicos e humanos da relação entre o senhor e o liberto, primeiro no seu quadro material e humano (p. 129-215) e depois no âmbito propriamente pessoal (p. 217-265). Refere-se, com base nos dados literários, jurídicos e arqueológicos, a co-habitação do liberto e seu senhor durante a vida e mesmo na «residência dos mortos» (quadro material), passando-se depois ao estudo dos aspectos jurídicos e sociológicos da vida familiar dos libertos (tipos e valor jurídico das uniões, a expressão da vida familiar — aqui com muito relevo para o* dados escultóricos e epigráficos). Em relação a este último aspecto, o Autor conclui que os libertos se unem geralmente com outros libertos, uniões predominantemente informais, sendo bastante o círculo da *gens* do senhor para englobar o essencial dessas relações (p. 214).

Para completar o quadro, aborda Georges Fabre, no Livro III, os aspectos económicos que envolvem o relacionamento entre o senhor e o liberto e sobre os quais muito se tem especulado dada a sua importância. Também aqui a análise do Autor é arguta, pondo em confronto as diversas fontes de que dispõe para determinar: A) a intervenção do senhor na aquisição e na devolução dos bens do liberto (p. 269-315); B) a fiscalização exercida pelo senhor sobre as actividades do liberto (p. 317-357): os seus fundamentos, o liberto ao serviço do senhor, a actividade profissional do liberto — autonomia ou dependência? (o Autor conclui pela dependência, que pode inclusive subsistir para lá da morte do senhor — p. 361).

A bibliografia é apresentada por fontes e por obras e artigos de referência. Há índices: de fontes (aqui, nem todas as referências vêm anotadas), de antropónimos (por gentilícios), de topónimos, de teónimos e por assuntos. As fotografias são da melhor qualidade. Os dois primeiros mapas patenteiam a distribuição dos libertos de cidadãos romanos, um na Península Itálica e outro no mundo romano; o terceiro mapa refere-se aos patronatos múltiplos.

JOSÉ D'ENCARNAÇÃO

Memorias de Historia Antigua, II — 1978. Actas del Coloquio 1978 «Colonato y otras formas de dependencia no esclavistas». Instituto de Historia Antigua, Universidade de Oviedo, 1980.

Com uma periodicidade exemplar, organiza o Instituto de História Antiga da Universidade de Oviedo, colóquios anuais que congregam, em redor dum tema comum, especialistas espanhóis. É feliz a ideia daquele Instituto jovem, pelo dinamismo que representa, pela troca de impressões que proporciona e, sobretudo, pelas Actas que daí resultam.

Neste caso, de 1978, tal como já sucedera em 1977, as comunicações têm cariz científico variável e alargam-se a zonas exteriores à Península Ibérica. Talvez seja esse um dos pontos a melhorar em futuros colóquios:

o tema proposto é abordado dos mais diversos pontos de vista, aqui e além fugindo à directriz inicial, apontando-se por vezes aspectos específicos que pouca relação parecem ter com a temática principal. Ou quiçá tal impressão seja provocada por as comunicações não estarem, nas Actas, arrumadas segundo um critério cronológico e/ou geográfico.

Compreende-se, pois, que E. Matilla estude a população semilivre do Norte de África (p. 51-58); G. Bravo, o estatuto sociopolítico do colono dentro da sociedade romana dos começos do Baixo Império (p. 59-70); que A. González, para além de fazer o ponto da bibliografia sobre a temática em análise (p. 229-237), procure definir, a partir de dados colhidos na obra de S. João Crisóstomo e na «História Augusta», a condição dos colonos no conjunto da estrutura social do Baixo Império (p. 81-93) — de resto, os dois trabalhos completam-se. Diríamos, até, que o Baixo Império é, ele próprio, um elemento catalizador de estudos vários: Ramón Teja busca uma interpretação para a lenda dos *tergemini* (p. 93-102); E. Gonzalbes relaciona a propriedade territorial e as lutas sociais na Tingitânia (p. 125-130); M. Pastor considera o carácter social do movimento bagáudico (p. 205-216).

Ainda dentro do tema do Colóquio — as relações sociais de teor não escravagista — se situam as comunicações de Alberto Prieto, analisando a *devotio*, que em seu entender se não deverá adjectivar de «ibérica» (p. 131-5); de J. Santos, relacionando as formas de dependência céltica que perduraram sob o domínio romano (p. 137-145); de J. F. Rodríguez Neila, sobre os *incolae* (p. 147-169); de J. Fernández Ubiña, focando a transição ocorrida no séc. ii na Bética do escravagismo ao regime de colonato (p. 171-179); de A. Díaz, abordando a posição assumida no Concílio de Elvira acerca das relações de dependência (p. 199-203); e, finalmente, de J. Mangas enumerando os testemunhos de clientela privada na Hispânia romana (p. 217-226). Já o trabalho de Bermejo Barrera sobre a sociedade micénica nos parece menos enquadrado (p. 9-18), assim como o de Roldán Hervas, sobre as origens da plebe (p. 19-39) ou o de García Moreno sobre a exploração agrária cartaginesa (p. 71-80) ou, ainda, o do Prof. Blázquez (p. 103-123) quando analisa a problemática económico-social patente nas obras de Gerónimo («Vida de Melânio») e de Paládio («Historia Lausiaca»).

Ai está, pois, um conjunto de dados para reflexão — e não será este o menor mérito desta obra.

JOSÉ D'ENCARNAÇÃO

Guillermo FATÁS, CONTREBIA BELAISCA (Botorrita, Zaragoza) — II — *Tabula Contrebiensis*. Departamento de Historia Antigua, Universidad de Zaragoza, 1980. 128 p., ilustr., 1300 pts.

Ocupa-se esta obra duma tábuia de bronze de 20,8 x 43,8 cm, epigrafada, encontrada na jazida celtibérica de Botorrita, na província espanhola de Zaragoza.

Conimbriga, 23 (1984), 207-227